Trabalho apresentado no 26º CBCENF

Título: PERCEPÇÃO DE HOMENS ACERCA DA EXPERIÊNCIA DE RESPONDER A PROCESSO JUDICIAL POR VIOLÊNCIA PELO PARCEIRO ÍNTI

Relatoria: Jaciene Oliveira da Silva
Larissa Nascimento de Souza
Iris Ribeiro Cruz

Autores: Matheus Mendes Reis
Armando Souza Oliveira Filho
Milca Ramaiane da Silva Carvalho

Modalidade: Comunicação coordenada

Área: Eixo 1: Assistência, gestão, ensino e pesquisa em Enfermagem

Tipo: Trabalho de conclusão de curso

Resumo:

Introdução: A violência pelo parceiro íntimo é um problema social e de saúde pública, embasado na desigualdade de gênero e que precisa ser prevenido e combatido por meio de ações efetivas. A fim de combater esse fenômeno a nível nacional, a Lei Maria da Penha instituiu a Medida Protetiva de Urgência objetivando afastar a mulher do autor da violência e proporcionar a reeducação destes. Objetivo: analisar a percepção dos homens sobre a experiência de responder a processo judicial por violência pelo parceiro íntimo. Método: Trata-se de um estudo de caráter exploratório e de abordagem qualitativa que foi realizado com 10 homens assistidos no Centro de Reeducação para Homens (CRH) do município de Senhor do Bonfim, Bahia, Brasil. Estes se adequaram aos critérios de serem maiores de 18 anos, terem história de processo judicial por violência pelo parceiro íntimo e serem assistidos pelo CRH. A coleta de dados ocorreu por meio de um roteiro semiestruturado com questões abertas e fechadas e o apoio de um gravador de voz. O material colhido foi transcrito na íntegra no programa Microsoft Word, possibilitando a sistematização à luz da Análise de Conteúdo de Bardin. A pesquisa atendeu às recomendações éticas constantes nas resoluções nº 466/12 e 510/16 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) e foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNEB, sob o parecer consubstanciado n. 6.709.884. Resultados: Os dez participantes da pesquisa apresentavam idade de 28 a 67 anos e, em sua maioria, se autodeclararam pardos, com ensino médio completo, praticantes da religião católica e possuir renda pessoal de R$1.5000 reais. A maioria informou estar atualmente em um relacionamento afetivo íntimo, seja na condição de namorado ou em união estável. As narrativas dos homens sinalizam que estes, ao verbalizarem sobre o processo judicial por violência pelo parceiro íntimo, compreendem que não adotaram conduta que justificasse a acusação; que a mulher mentiu durante a denúncia e que vivenciam o receio de experienciar prejuízos sociais e financeiros decorrentes do processo judicial. Considerações finais: As narrativas desvelam a complexidade envolvida na percepção de homens sobre o processo judicial por violência pelo parceiro íntimo, apontando para a necessidade de estratégias efetivas a fim de que, sejam implementadas ações a fim de reeducá-los sobre os aspectos relacionados à prática da violência de gênero, bem como sobre a ressignificação do processo judicial.